

## **Olhar ou ver o consumo e os gastos que os alunos fazem na escola**

**Alexandre de Castro**

Professor do 2º Ciclo do Ensino Básico

**Cláudia Maia-Lima**

**Ângela Couto**

**Alexandre Pinto**

**António Barbot**

Escola Superior de Educação do Porto

### **RESUMO**

O dinheiro influencia fortemente a conduta humana, pelo que é fundamental, desde cedo, ensinar a criança a fazer a sua gestão de uma forma consciente. Este estudo tenta conhecer, no contexto escolar, os consumos e os gastos efetuados pelos alunos de uma turma de 5º ano e perceber se as ações de sensibilização surtem os efeitos desejáveis em matéria de consumo, poupança e saúde. As conclusões obtidas indicam que os participantes fazem uma gestão autónoma do seu dinheiro, mas, o envolvimento neste projeto contribuiu para uma diminuição dos seus gastos e para um consumo de alimentos saudáveis em maior quantidade.

**Palavras-chave:** Educação para a cidadania, Consumo escolar, Dinheiro, Saúde.

### **ABSTRACT**

Money strongly influences human behavior, so it is essential, early on, to support the child in the management of this resource in a conscious way. This study tries to know in the school context the consumptions and the expenses made by the students of a class of 5th grade (10/11 years old) and to see if the actions of sensitization have the desired effects in the matter of consumption, saving and health. The conclusions obtained indicate that the participants manage their money free of a supervision from an adult, but their involvement in this project contributed to a decrease in their spending and a consumption of healthy food in greater quantity.

**Keywords:** Citizenship, School consumption, Money, Health.

### **INTRODUÇÃO**

Nas crianças e nos jovens a influência das operações de *marketing*, da sociedade de consumo, dos pares e da gestão autónoma e praticamente livre da supervisão dos adultos do dinheiro virtual (cartão de estudante), pode originar comportamentos inadequados no que concerne à poupança, ao tipo de alimentos consumidos e a hábitos e práticas alimentares prejudiciais à saúde.

A motivação para este estudo estava na perceção, por parte dos investigadores, de que os almoços e lanches dos alunos eram repletos de doçaria e de refrigerantes. Assim, foi selecionada uma turma do 5º ano de escolaridade para estudar os seus hábitos relativamente à alimentação, às compras que efetuavam, se almoçavam na cantina, se eram poupados, enfim, se havia, no geral, comportamentos de risco para uma vida saudável e equilibrada financeiramente. Claramente que os pais têm uma forte influência nos comportamentos aprendidos por parte da criança e que inclui os anteriormente mencionados, no entanto, a escola e os professores têm um papel que, por vezes, consegue ter um impacto maior do que o da própria família. Se há adultos que manifestamente têm dificuldade em gerir os seus gastos, mais ainda se estes são efetuados com recurso a dinheiro eletrónico, o mesmo pode acontecer à criança que utiliza o cartão da escola como se de um cartão bancário se tratasse. Os pais carregam o cartão de estudante com dinheiro para os filhos comprarem o que necessitam e, talvez por ser no recinto da escola e pelo facto de os valores não serem significativamente elevados, não há uma preocupação com a forma como esse dinheiro é gasto e gerido.

O estudo que aqui se apresenta decorreu ao longo de um ano letivo e comportou duas fases essenciais, a primeira que permitiu estudar o comportamento dos alunos no que concerne aos gastos que efetuavam com o cartão e, a segunda, onde foram desenvolvidas 19 ações de sensibilização que contaram com a participação e envolvimento da

turma quer na sua implementação quer na sua planificação. Os alunos foram, portanto, coautores e corresponsáveis de todo o processo de ação que tinha como objetivo máximo o de se perceber o impacto que este poderia ter na conduta futura dos seus intervenientes.

### **EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA**

A realidade que se vive espelha a necessidade de se desenvolver a formação para a cidadania de modo a prevenir fenómenos que possam ter um impacto negativo na sociedade em geral. No campo educativo ambiciona-se que a aprendizagem e a educação para a cidadania se convertam numa prioridade.

A Carta do Conselho da Europa sobre Educação para a Cidadania Democrática e a Educação para os Direitos Humanos (2010) aponta objetivos e princípios de orientação dos estados-membros na elaboração das políticas, legislações e práticas, nesse sentido. Neste documento pode ler-se que “cada pessoa que viva no seu território deverá ter acesso à educação para a cidadania” (p. 3) e ainda que

a eficácia desta aprendizagem passa pela mobilização de numerosos agentes, entre os quais os responsáveis pela elaboração das políticas, os profissionais de educação, os aprendentes, os pais, as instituições de ensino, as autoridades educativas, os funcionários, as organizações juvenis, os média e o público em geral (p. 3).

O *Instituto de Estudios Pedagógicos Somosaguas* refere-se à educação para a cidadania como “a necessidade de intervir significativamente nos processos de socialização das crianças e adolescentes para possibilitar o desenvolvimento da sua capacidade de perceber, compreender, interpretar e atuar na sociedade” (Aguillar et al., 2002, p. 12).

Afonso (2005) refere que “a escola deve ser uma organização e um espaço, onde se construa e viva diariamente a cidadania” (p. 16) e, portanto, é neste espaço que os alunos enfrentam o desafio de descobrir novas capacidades, viver novas experiências, superar limites e afrontar riscos, pelo que, só se pode assegurar o seu bem-estar físico, mental e social, através de uma educação apropriada. Machado (2015) defende que

educar um adolescente é uma responsabilidade partilhada que exige o esforço de toda a sociedade representada pelos que mais diretamente convivem com ele, na família, na escola e na comunidade e deve ser encarada como um investimento no desenvolvimento físico, cognitivo e socioemocional dos jovens e no futuro do país (p. 61).

Este último autor considera que, embora a responsabilidade básica seja da família, esta também se aplica à escola e aos professores que “tem um papel complementar que até pode ser o principal em circunstâncias específicas, como um contexto familiar de exclusão social” (p. 62). Não há uma forma única de este papel se operacionalizar, mas num aspeto a maioria dos teóricos e investigadores estão de acordo – a educação para a cidadania é necessária e mais do que ser uma moda ou novidade, é uma prioridade da educação. O nosso estudo procurou abranger três dimensões da cidadania: a educação para o consumo, a educação financeira e a educação para a saúde.

### **Consumo, dinheiro e saúde**

Todos somos cidadãos, todos somos consumidores e a escola, além de ser um espaço de cidadania, é também um espaço de consumo. Associado ao consumo surge o dinheiro. Temos a consciência de que se produzem e se consomem bens e serviços além dos necessários e de uma forma muitas vezes consumista. As sociedades contemporâneas evidenciam um elevado grau de monetarização no sentido de que a satisfação de uma grande parte das suas necessidades envolve o recurso ao sistema monetário, no acesso ao dinheiro como meio de pagamento. Santos (2015) sublinha que

a vida está inexoravelmente influenciada pelo dinheiro (ou pela falta dele). E assim sendo, e se como reza o aforismo popular que sugere que “se não o podes vencer...junta-te a ele”, então, não sendo possível escapar-lhe, o melhor será procurar aprender a (con)viver com (e sem) ele (p. 16).

Numa publicação, a propósito do dinheiro, o Banco Central Europeu (BCE) (Gerdesneier, 2009) refere que “o dinheiro é o que o dinheiro faz” (p. 17). Ou seja, o dinheiro não é aquilo que é, mas aquilo que faz. O dinheiro é, portanto, definido por aquilo que faz, e não por aquilo que intrinsecamente possa ser. Na sua essência, o dinheiro é aquilo que os agentes económicos podem fazer com ele. Na escola os alunos fazem uma gestão do seu dinheiro, muitas vezes sem a supervisão de um adulto, tornando-os também por isso agentes económicos. Independentemente de

beneficiarem, ou não, da Ação Social Escolar (ASE) a forma como os alunos gerem o dinheiro pode ser boa ou má particularmente no que se refere à sua saúde.

Na Carta de Ottawa (1986) pode ler-se que “a saúde é construída pelo cuidado de cada um consigo mesmo e com os outros, pela capacidade de tomar decisões e de ter controlo sobre as circunstâncias da própria vida” (p. 4). Acredita-se que tendo jovens bem informados e economicamente esclarecidos, estes estejam mais sensíveis para a problemática dos consumos saudáveis, devendo ser este o objetivo máximo de todos os países. Nesta linha Cordeiro (2015) afirma ainda que

num país com o grau de desenvolvimento como o nosso, os grandes problemas de saúde, em termos populacionais e de saúde pública, têm origem em hábitos e estilos de vida inadequados, ou são por estes agravados, e a sua prevenção ou correção passa pela mudança de atitudes e de comportamentos. Tal objetivo só é possível atingir mediante a negociação e a apresentação de alternativas e, no que diz respeito às crianças e jovens, a criação e sedimentação de hábitos e opções por estilos de vida saudáveis, para que se entendam ser estes uma mais-valia e, diria mesmo uma atitude ética e socialmente correta (p. 100).

A investigação sobre aquilo que os jovens (crianças e adolescentes) sabem a respeito do dinheiro e daquilo que fazem com ele é claramente importante, quanto mais não seja em virtude do crescente poder aquisitivo que os jovens representam. Furnham e Argyle (2000) referem que a este nível “as escolas desempenham também um papel fundamental ao educarem diretamente e ao moldarem o comportamento económico” (p. 174) de modo a que cada jovem seja consumidor esclarecido e utilizador responsável de dinheiro.

## **METODOLOGIA**

Neste estudo adotou-se uma metodologia de carácter misto, onde se combinaram técnicas de natureza quantitativas e qualitativas. A turma participante era constituída por 14 alunos do 5º ano de escolaridade sendo nove do sexo feminino e cinco do sexo masculino. A maior parte destes alunos (10) beneficiavam da Ação Social Escolar (ASE) que prevê o apoio financeiro dos alunos cujas famílias apresentam situações económicas mais frágeis. O escalão do ASE (A, B ou C) é atribuído mediante o escalão do abono de família sendo o escalão A o mais apoiado financeiramente e o escalão C o que tem menor apoio. Dos alunos da turma estudada, seis tinham escalão A e quatro escalão B. Todos os alunos da escola possuíam o cartão multiuso (cartão de estudante) que, além de ser um cartão de identificação do aluno, permitia a entrada e saída do recinto escolar e a aquisição de produtos no bufete, no refeitório, na papelaria e na reprografia através de carregamentos prévios.

O estudo só foi apresentado aos alunos no 2º período letivo para que estes, durante o 1º período, tivessem um comportamento livre no sentido de não existir nenhuma influência por parte dos investigadores. Cada uma das 19 ações de sensibilização teve a duração aproximada de 50 minutos e foram incorporadas em 9 tarefas que decorreram nos 2º e 3º períodos letivos. Na primeira sessão de trabalho os alunos responderam a um inquérito sobre a matéria em estudo e foram enviados inquéritos para os pais com o intuito de fazer a triangulação das respostas. Ainda nesta sessão e nas seguintes foi feito um levantamento, por cada um dos alunos, de todos os movimentos em termos de gastos, de carregamentos e de recolha dos produtos adquiridos com os respetivos cartões. Esta recolha e tratamento dos dados permitiu sensibilizá-los para a problemática dos gastos em excesso, do tipo de alimentação que os caracterizava e preparar as ações/tarefas seguintes que foram, na sua maioria, criadas por sugestão dos alunos na tentativa de procurar estratégias para modificar os comportamentos da turma.

A observação direta das sessões e respetivas tarefas realizadas em sala de aula, a análise de outros documentos, tais como, os extratos individuais de cada aluno foram também recursos fundamentais como fonte de informação. No início e no final da investigação foi feita uma recolha minuciosa de dados, referente a todos os gastos individuais realizados pelos alunos da turma que foram importados do programa GIAE (Gestão Integrada de Administração Escolar) que permite identificar não apenas o serviço onde é efetuada a compra, mas também o produto adquirido. Destes gastos com o cartão foram excluídas as duas primeiras semanas do 1º período pelo facto de poder haver pagamentos extraordinários - seguro escolar, pagamento do cartão da escola ou outras situações específicas - e, deste modo, ocorrer deturpação dos dados.

**RESULTADOS**

Na recolha dos dados efetuada com o programa GIAE, no final do 1º período, verificou-se que o dinheiro gasto pelos alunos foi maioritariamente no bufete, seguido do refeitório, da papelaria e na reprografia sendo este último praticamente insignificante (ver Figura 1).

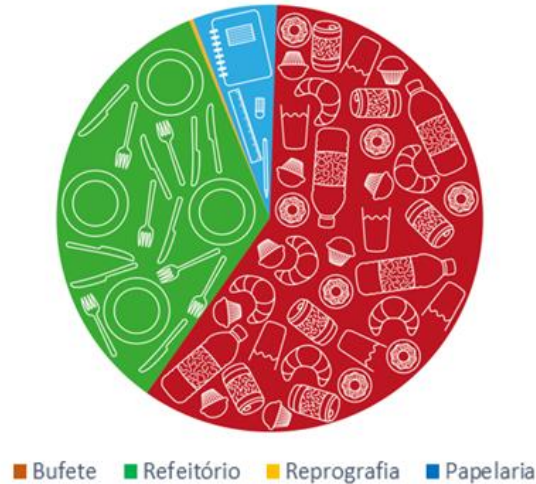


Figura 1. Distribuição dos Gastos dos Alunos por Setores

No bufete, as escolhas dos lanches por parte dos alunos não eram muito saudáveis e o consumo de água era diminuto. Aquando da consulta das crianças dos seus extratos do cartão, para uma melhor organização dos dados e seguindo a sugestão de uma delas, decidiu-se proceder a uma pintura dos consumos utilizando as cores do semáforo nutricional (vermelho não saudáveis, amarelo pouco saudáveis e verde saudáveis). Assim, os alimentos não saudáveis foram considerados o *croissant* recheado, bolos, chocolates, bolachas, rebuçados e gelados; os alimentos pouco saudáveis eram o *croissant* com queijo, manteiga, fiambre ou misto, o lanche, sumos não naturais; e os alimentos saudáveis foram a sande mista, leite, iogurte e pão simples, com manteiga, queijo ou fiambre; e também a água que representamos pela cor azul. A categorização em alimento não saudável, pouco saudável ou saudável foi decidida em grande grupo pelos alunos com a orientação do professor da turma.

A Figura 2 é uma pintura dos consumos de um dos alunos da turma ao longo de todo o 1º período (13 últimas semanas de aula), onde cada linha representa uma semana e cada quadrícula um produto comprado. É possível observar que a prevalência das cores atribuídas aos alimentos não saudáveis e pouco saudáveis, vermelho e amarelo respetivamente, permitem caracterizar o tipo de consumidor como tendo uma alimentação pouco recomendada.

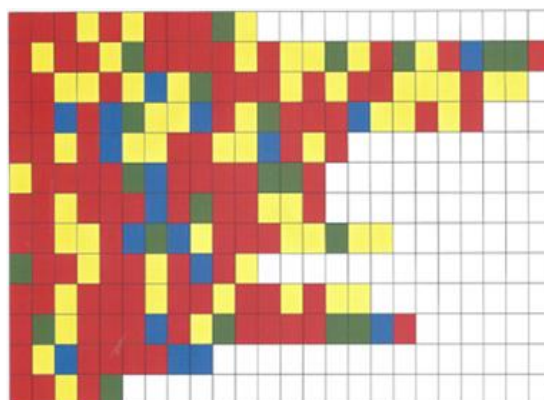


Figura 2. Representação do Consumo no Bufete de um dos Alunos

Seguidamente apresenta-se uma análise mais detalhada da despesa realizada no bufete e nesta matéria, queria perceber-se se existia alguma relação entre os beneficiários ou não de ASE e o consumo realizado neste espaço (Figura 3).

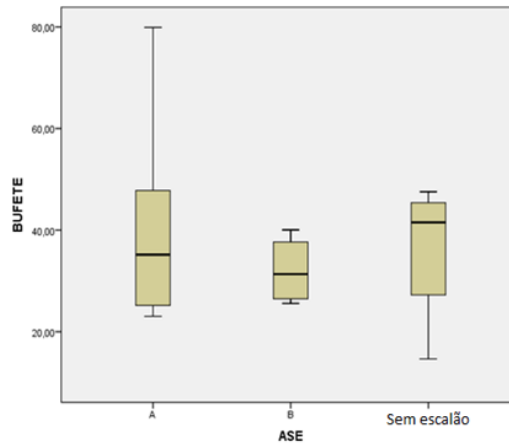


Figura 3. Análise dos Gastos no Bufete dos Alunos com e sem ASE

Em relação aos gastos no bufete, pela análise dos diagramas de extremos e quartis da Figura 3, verificou-se que: (1) os valores mínimos de gastos dos alunos com escalão A foram superiores aos dos alunos sem escalão, assim como o máximo foi muito superior aos que não tem escalão ou têm escalão B; (2) 25% dos alunos com escalão A gastaram menos do que o menor valor gasto dos alunos com escalão B e menos do que 25% dos alunos sem escalão; e (3) 25% dos alunos com escalão A gastaram mais do que qualquer um dos alunos com escalão B ou sem escalão. Desta análise comparativa facilmente se percebe que nem sempre os alunos provenientes de meios economicamente desfavorecidos são os que gastam menos na escola ou os que poupam mais. Nestes gráficos apercebemo-nos perfeitamente do contrário, ou seja, que os alunos com maiores apoios financeiros, e portanto os que declaram ser mais desfavorecidos, têm comportamentos nesta matéria mais despesistas do que os restantes alunos.

Desde o início do desenvolvimento deste projeto, a turma aceitou o desafio de refletir sobre os seus consumos, reconhecendo os benefícios que o processo lhes poderia trazer: mais saúde e menos gastos. E, de facto, como se pode observar na Figura 4, a partir do momento em que o projeto se iniciou, na 9ª semana (S9), o consumo da turma começou a decrescer. Esse decréscimo foi mais abrupto entre a 9ª e a 10ª semana (S9 e S10) do que nas seguintes, envolvendo uma taxa de decréscimo de cerca de 20€ dos valores gastos por toda a turma na 9ª semana e de 11€ em cada uma das seguintes.

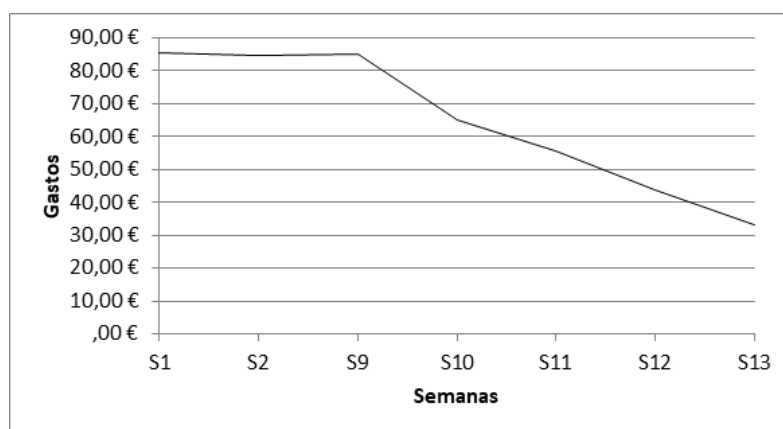


Figura 4. Dinheiro Gasto Semanalmente pela Turma

Efetivamente os alunos começaram a gastar menos e a consumir menos e melhor. Na Tabela 1 estão representadas as percentagens de alimentos consumidos por aluno antes de as ações se desenvolverem (1º período) e depois destas (3º período).

Tabela 1. Tipo de Alimentos Consumidos

Alunos	Alimentos não saudáveis (%)		Alimentos pouco saudáveis (%)		Alimentos saudáveis (%)		Água	
	Antes	Após	Antes	Após	Antes	Após	Antes	Após
1	45	11	31	52	16	22	8	15
2	15	15	18	15	58	60	10	10
3	11	0	10	10	73	90	6	0
4	14	34	23	21	58	28	5	17
5	23	25	29	25	44	25	5	25
6	38	0	38	33	5	67	19	0
7	35	25	9	0	33	50	23	25
8	20	14	34	71	38	14	8	0
10	39	0	32	20	19	60	10	20
12	22	0	13	0	35	60	31	40
13	42	11	46	33	8	56	3	0
14	52	44	29	28	11	17	9	11
15	24	7	29	20	30	67	17	7
17	33	6	20	6	36	81	11	6
média	29	14	26	24	33	50	12	13

Uma análise comparativa aos dois momentos, antes e após as ações desenvolvidas, permite concluir que os alunos baixaram, em média, 15% o consumo de alimentos não saudáveis e reduziram cerca de 2% o consumo de alimentos pouco saudáveis. O consumo de alimentos saudáveis subiu de, aproximadamente, 33% para 50% e o consumo de água aumentou quase 1%. Em relação ao consumo da água, o valor obtido não é significativamente elevado uma vez que os alunos tinham por hábito beber água da torneira. Contudo, em relação aos consumos, dado que a escola não possui máquina de venda produtos alimentares nem nas suas imediações existem estabelecimentos de venda de produtos alimentares, as compras efetuadas com o cartão permitem caracterizar, na íntegra, o comportamento dos alunos enquanto pequenos consumidores.

Relativamente aos gastos médios diários dos alunos da turma, a Figura 5 mostra a sua variação ao longo do ano letivo: 1º, 2º e 3º períodos.

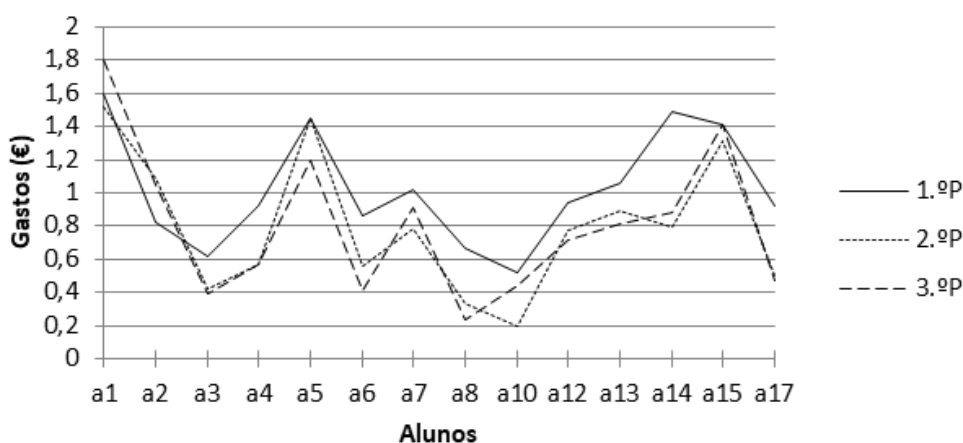


Figura 5. Gastos Médios Diários por Aluno no Ano Letivo

Confirma-se que, à exceção de um aluno que aumentou o consumo e de outros dois que o mantiveram, todos os outros gastaram menos no 2º período comparativamente com o 1º. Confrontando agora o 2º com o 3º período letivo, verificou-se uma ligeira subida nos gastos de cinco alunos, um manteve e os outros oito gastaram ainda menos

dinheiro. Dos cinco alunos que aumentaram os gastos, três deles continuaram a manter gastos inferiores ao 1º período, um igualou a média de gastos desse 1º período e apenas um outro, que no 2º período tinha conseguido diminuir os gastos, os aumentou no 3º período. Os resultados foram bastante satisfatórios e são sem dúvida um reflexo muito significativo do impacto que as tarefas desenvolvidas neste projeto tiveram com esta turma ao longo de todo o ano letivo.

## CONCLUSÕES

Este estudo pretendeu unicamente ser um contributo para o conhecimento do aluno enquanto consumidor na escola e da sua atitude face ao dinheiro que gastava. Dada a importância do tema considera-se que há ainda muito caminho a percorrer no campo da investigação nesta área, portanto, um campo fértil para outros investigadores.

Face às características e sobretudo às fragilidades apresentadas, pode concluir-se que se justificam todas as preocupações com a educação para a cidadania aludidas na revisão da literatura. Na escola é urgente uma educação para o consumo, para a saúde e para o uso do dinheiro pelo aluno. Os mais novos têm de aprender a relacionar-se com ele, a possuí-lo, a gastá-lo e a poupá-lo.

A par de a possibilidade de a educação para a cidadania neste âmbito poder não ter sido trabalhada na escola nos anos escolares do ciclo anterior, a primeira grande fragilidade que revelaram as respostas aos questionários está relacionada com os pais/encarregados de educação que, na generalidade, não conhecem o preço dos produtos, não analisam os extratos do cartão nem sabem onde é que os seus educandos gastam o dinheiro, talvez por se tratar de valores reduzidos. Assim, a realidade plasmada nos extratos do consumo destes alunos, ou seja, o consumo excessivo de doçaria, refrigerantes, enfim, produtos não saudáveis, vai ao encontro do estudo de McNeal (1992) sobre o que leva uma criança a adquirir produtos que satisfaçam principalmente as suas necessidades básicas imediatas: os doces. Nesta matéria, tal como referem Gunter e Furnham (1998), os pais deveriam ser a fonte principal da educação do consumidor. Na gestão do orçamento familiar os pais/encarregados de educação também não promovem o envolvimento dos seus educandos e, na perspetiva de Godfrey (1995), isso seria um contributo relevante para que eles percebessem a importância do dinheiro e da gestão cuidada que a este deve estar implícita.

Em matéria de gastos e de tipo de consumos, as ações implementadas começaram a surtir efeito logo desde a primeira semana de desenvolvimento do projeto. Nessa semana, os gastos semanais do cartão de toda a turma rondavam os 85€ e, quatro semanas após, rondavam os 33€, ou seja, uma diferença de cerca de 52€ menos no consumo semanal da turma. Esta realidade vem dar razão às conclusões de Furnham e Argyle (2000) quando referem o papel crucial da escola no educar e no moldar o comportamento económico do aluno. Ao nível do consumo de alimentos não saudáveis houve uma diminuição de cerca de 16%, os pouco saudáveis diminuíram aproximadamente 2% e verificou-se um aumento de quase 17% no consumo de alimentos saudáveis. Mesmo um dos alunos que aumentou a média de gastos semanais e um outro que os manteve, diminuíram a percentagem de consumo de alimentos não saudáveis de 45% para 11% e de 24% para 7% respetivamente, e aumentaram o consumo dos alimentos saudáveis de 16% para 22% e de 30% para 67%. No geral, só houve um aluno cujo comportamento não se alterou em matéria de gastos semanais e cujas ações desenvolvidas não foram eficazes na alteração dos seus hábitos alimentares. Portanto, urge continuar a investir nesta temática para que as aprendizagens e a consciencialização das problemáticas em questão se façam e se perpetuem para a vida.

## REFERÊNCIAS

- Afonso, M. R. (2005). *Construir e viver a cidadania em contexto escolar*. Braga: Porto Editora.
- Aguilar, T., Callejo, M., Chacón, I., Juarros, O., Molina, E., & Velasco, C. (2002). Educación para la ciudadanía - Un enfoque basado en el desarrollo de competencias transversales. *Instituto de Estudios Pedagógicos Somosaguas*, 67. Madrid: Editorial Narcea.
- Carta de Ottawa (1986). In *Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde*. Acedido em <http://cmdss2011.org/site/wp-content/uploads/2011/07/Ottawa.pdf>
- Conselho da Europa (2002). *Recomendação 12 do Comité de Ministros aos Estados-Membros do Conselho da Europa sobre educação para a Cidadania Democrática*. Acedido em <https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000034001-000035000/000034745.pdf>
- Conselho da Europa (2010). *Carta do Conselho da Europa sobre a Educação para a Cidadania Democrática e a Educação para os Direitos Humanos*. Acedido em [http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/edc\\_charter2\\_pt.pdf](http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/edc_charter2_pt.pdf)
- Cordeiro, M. (2015). *Crianças e famílias num Portugal em mudança*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.



- Furnham, A. & Argyle, M. (2000). *A psicologia do dinheiro*. Lisboa: Sinais de Fogo.
- Gerdesneier, D. (2009). *A estabilidade de preços é importante porquê?* Frankfurt and Main: Banco Central Europeu.
- Godfrey, N. (1995). *A Penny saved: Teaching your children the values of life. Skills they will need to live in real world*. New York: Fireside
- Gunter, B. & Furnham, A. (1998). *As crianças como consumidoras. Uma análise psicológica do mercado juvenil*. (I. Piaget, Ed.) Lisboa: Horizontes Pedagógicos.
- Machado, M. (2015). *Adolescentes*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- McNeal, J. (1992). *Kids as customers – Handbook of marketing to children*. Nova Iorque: LexintonBook.
- Santos, M. (2015). *O dinheiro*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.